

# SINDICALIZAÇÃO E GREVES: HISTÓRIA RECENTE DO MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO

Walber Carrilho da Costa

Professor do Centro Universitário do Triângulo - UNITRI e Doutorando em  
Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

**Resumo:** Analisando os impactos da reestruturação produtiva e do neoliberalismo sobre movimento sindical no mundo e, fundamentalmente, no Brasil, este artigo procura descobrir as origens da crise sindical brasileira após seu grande período de expansão na década de 1980. Ele está dividido em três seções. A primeira apresenta o declínio das taxas de sindicalização e do movimento grevista. A Segunda discute os fatores que têm contribuído para as dificuldades dos sindicatos. A última seção acentua as principais conclusões observadas no texto.

**Palavras-chave:** reestruturação produtiva; neoliberalismo e sindicalismo.

**Abstract:** Analysing the impacts of the productive restructuring and the neoliberalism on the trade movement in the world and fundamentally in the Brazil, this article puzzle the Brazilian trade union crisis's origins after your great period of expansion in the decade 80. it are divided into three sections. The first shows the decline of the trade unionization rate and of the strike movement. The second discus the factors that have contributed for the trade unions difficulty. The last section stress the aims conclusion observed in the text.

**Key Words:** productive restructuring; neoliberalism; and trade unionism.

## Introdução

A economia capitalista tem passado, nas últimas décadas, por um grande processo de reestruturação produtiva. Esta introduziu significativas mudanças nos padrões de produção com a incorporação, capitaneada pelas grandes corporações, de novas tecnologias e novos métodos organizacionais. Juntamente a esse processo, alterou-se, também, a orientação da política econômica, privilegiando os preceitos neoliberais de economia de mercado; de abertura comercial; de integração econômica; de desregulamentação; de menor intervenção dos Estados na economia; e de privatização das empresas estatais.

Os referidos processos implicaram transformações no "Mundo do Trabalho", que, como resultado, têm passado por mudanças tanto quantitativas, quanto qualitativas, advindas, basicamente, do crescimento do desemprego e da informalidade, além do surgimento de novas relações de trabalho no interior e fora da esfera produtiva. Assim, o momento atual configura-se como um período de mudança na racionalização produtiva, que tem trazido como resultado, dentre outros, uma dificuldade de ação para o movimento sindical.

Contudo esses fenômenos não devem ser encarados de forma determinista, ou seja, de que a introdução de novas tecnologias e novos métodos organizacionais, em um contexto de políticas neoliberais, leve, necessariamente, à mesma intensidade de mudanças. De fato, esse é resultado de um conjunto de fatores de ordem política, econômica, social, cultural e institucional, que, naturalmente, se apresentam de diferentes maneiras nos vários países e setores. Tem-se como hipótese, então, que todas essas mudanças não estão concluídas e fechadas. Muito pelo contrário. Esse processo é pleno de "idas" e "vindas", a depender de uma série de variáveis que influenciam as relações de trabalho. É nessa perspectiva que se torna importante um estudo de tais transformações, sendo que este trabalho visa a contribuir para a compreensão das raízes da atual dificuldade encontrada nas ações sindicais.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é analisar os impactos que esse processo de reestruturação produtiva teve sobre o mercado e as relações de trabalho em sua totalidade, priorizando as mudanças sofridas pelo sindicalismo nesse processo ao longo dos anos de 1990, pois foi nesse período que o poder de barganha dos sindicatos perdeu significativa capacidade, o que dificultou sua atuação como representante dos trabalhadores. Para tal, o artigo divide-se em três seções para além desta breve introdução. A próxima seção apresenta a crise do movimento sindical, sendo que a seção seguinte ressalta os principais fatores que contribuíram para essa crise. A última seção objetiva sintetizar as principais idéias apresentadas ao longo do texto.

### **Reestruturação Produtiva e Crise da Organização Sindical.**

As relações trabalhistas do modelo de racionalização produtiva Taylorista/Fordista, com os sindicatos e o Estado keynesiano formando, juntos, uma rede de proteção ao emprego e à renda,<sup>1</sup> estavam baseadas, em sua maioria, nos sindicatos de massa (especialmente no setor industrial) e nas negociações coletivas, representando uma expansão da base social dos trabalhadores organizados. Houve,

nesse período, um aumento da representatividade sindical, medida pelas taxas de sindicalização, e de maior institucionalização da participação política do movimento sindical.<sup>ii</sup> Desta forma, por um lado, esse sistema de produção apresentava-se como uma resposta do capital à resistência dos trabalhadores, com a intenção de dominar a produção, buscando um novo tipo de controle do processo de trabalho, dividindo-o, simplificando-o e desqualificando-o. Por outro lado, houve um crescimento do poder de barganha dos trabalhadores, cujas resistências aos novos métodos organizacionais foram intensas, não só pela “*resistência surda*” no interior das fábricas, como também em momentos de conflitos abertos, por meio de greves e manifestações<sup>iii</sup>.

Contudo, tal ação sindical - combativa e contestativa - vem apresentando dificuldades para enfrentar as mudanças que ocorreram nos processos produtivos com a introdução de inovações tecnológicas e organizacionais com base na flexibilização. Tal dificuldade é consequência de um conjunto de fatores, muitas vezes, específicos, que dependem de cada país ou setor. Porém, de maneira geral, o complexo processo de reestruturação produtiva, fundamentado em um sistema de racionalização de produção toyotista (principalmente nas grandes empresas) e um modelo econômico e político voltado para o mercado, com grandes impactos sobre o “Mundo do Trabalho”, contribuiu, de forma significativa, para o declínio da ação coletiva dos trabalhadores.

É importante ressaltar que a expressão aqui utilizada como “*crise do sindicalismo*” é entendida como sendo uma crise de um modelo de sindicalismo baseado, particularmente, no sistema Fordista/Taylorista de produção. Desta forma, o momento atual pode significar não o fim do sindicato, mas, sim, um período de transição, ou seja, um período de surgimento de um novo modelo de sindicalismo, voltado para a racionalização flexível da produção.

O dinamismo do movimento sindical pode ser percebido, dentre outros, por meio de dois importantes indicadores: a taxa de sindicalização e a capacidade de organizar greves<sup>iv</sup>. Pela **Tabela I**, verifica-se que, entre os anos de 1970 e 1980, houve uma tendência mundial de queda nas taxas de sindicalização. Porém, de forma não muito nítida, tendo, inclusive, aumentado em alguns países (como é o caso da Itália, Alemanha, Inglaterra e Suécia). Foi a partir dos anos de 1980 que essa tendência mostrou-se de maneira mais relevante, período em que todos os países selecionados tiveram uma queda na taxa de sindicalização, com exceção da Suécia, que só demonstrou essa tendência após 1990. Ao que parece, na primeira metade dos anos de 1990, também ocorreu uma queda geral nas taxas de sindicalização.

**Tabela 1 - Evolução da Taxa de Sindicalização (1970-1990)**

<b>Países</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1990</b>	<b>1995<sup>a</sup></b>
França	22,3	17,5	9,8	6,1
Itália	36,3	49,3	38,8	30,6 <sup>b</sup>
Espanha	27,4	25,0	11,0	11,4 <sup>b</sup>
Alemanha	33,0	35,6	32,9	29,6
Inglaterra	44,8	50,4	39,2	26,2 <sup>c</sup>
Suécia	67,7	79,7	82,2	77,2
Estados Unidos	23,2	22,3	15,6	12,7

a - mão-de-obra não-agrícola;

b - ano de 1994;

c - Reino Unido.

Fonte: OCDE, citado por Dedecca (DEDECCA, S. Racionalização Econômica e Heterogeneidade nas Relações e nos Mercados de Trabalho no Capitalismo Avançado. In: CARLOS, Alonso B. & MATTOSO, Jorge E. L. (Orgs.). *Crise e Trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?*, São Paulo: Scritta, 1996, p. 65), para os anos de 1970-90 e OIT, citado por RODRIGUES (RODRIGUES. I. J. *op. cit.*, p. 310), para os anos de 1995.

Todavia, um declínio nas taxas de sindicalização, embora seja um indicador importante, não significa, necessariamente, uma queda no poder sindical (político ou econômico), ou seja, na capacidade dos sindicatos de impor, vetar ou modificar decisões que partam do governo, das empresas ou de outras elites. Torna-se necessário, desta maneira, fazer uma análise sobre o movimento grevista, isto é, dos níveis de conflito, para melhor compreensão das transformações que vêm ocorrendo no poder sindical nestas últimas décadas. A greve é vista, no campo sociológico, como uma manifestação de conflitos de interesses,<sup>v</sup> sendo um importante instrumento de reivindicação por parte dos trabalhadores, de seus direitos, de sua participação no espaço político, de redefinição das relações de trabalho e de resistência às formas de dominação do capital sobre o trabalho. Sendo assim, uma forma de pressão para obter melhorias concretas (econômicas, sociais, melhor qualidade de emprego, políticas etc.).

No que diz respeito às ações e às práticas grevistas dos movimentos operários, o que se observa é que esse indicador também demonstrou uma tendência geral de declínio ao longo da década de 1980 e início da de 1990. Como exemplo, pode-se citar o trabalho de McLlro,<sup>vi</sup> que, em um estudo sobre os sindicatos na Inglaterra, expõe:

*“Houve em média apenas 893 greves por ano entre 1986 e 1989, comparada com a média anual de 2.412 na segunda metade dos anos 1970, e 1.276 na primeira metade dos anos 1980. O número de greves caiu para 369 em 1991, 253 em 1992, 211 em 1993 e 205 em 1994, o menor número desde que os registros começaram em 1891”.*

O movimento de greves, nos países da OCDE, também atingiu os níveis mais baixos ao longo dos anos de 1980 e de 1990. “(...) a média por ano dos dias ocupados

*em greves por 100 trabalhadores, no período de 1974-79 era de 40; no período de 1980-1990, decresce para 25, e em 1989-90, é de 16".<sup>vii</sup>*

Um estudo um pouco mais recente e bastante completo sobre a evolução do movimento grevista nos principais países centrais, pode ser visto em Rodrigues.<sup>viii</sup> Segundo este autor, que analisa os três principais aspectos de conflitos grevistas (número de greves, número de grevistas e dias de trabalho perdidos por conflitos trabalhistas), as principais conclusões que se podem tirar, de acordo com os dados da OIT e que são importantes aqui ressaltar, são:

*"Todos os indicadores sugerem (...) o declínio da taxa de greves como a tendência principal na área dos conflitos trabalhistas.*

*Esse declínio não é linear nem atinge ao mesmo tempo e com a mesma intensidade todos os países (...).*

*Em certos casos, as quedas nacionais nas taxas de sindicalização e de greve (...) parecem fortemente influenciadas por uma mesma causa: o declínio da importância de segmentos da classe trabalhadora mais propensos à greve (...).*

*(...) objetivos defensivos parecem estar na raiz da maioria das greves deflagradas a partir de meados de 1985 (...).*

*(...) está contida em nossa apreciação da evolução da curva de greve a hipótese de que a dessindicalização diminui a força dos sindicatos e tende a reduzir os índices de conflito trabalhista, a afetar negativamente o poder sindical, em especial, porque os movimentos de trabalhadores (...) necessitam de organização (...)"*.

Apesar dessa tendência geral, o que se verifica, na realidade, é que todas essas transformações não ocorrem, em cada espaço e tempo particular, da mesma forma, intensidade e ritmo. Há, nos diversos países e setores, uma série de variáveis culturais, políticas, econômicas e sociais, filtrando tais mudanças no sistema produtivo e nas relações de trabalho, que revelam características específicas a depender de cada contexto.

Também no Brasil o sindicalismo vem passando por uma série de dificuldades devidas: a) às transformações do processo produtivo, que foram observadas de forma mais significativa a partir dos anos de 1990; b) às questões macroeconômicas de inflação - e dos vários planos de estabilização durante a década de 1980 e a primeira metade da de 1990 - do pagamento da dívida externa, das elevadas taxas de juros, da má distribuição de renda etc.; e c) às questões políticas de repressão, corrupção e outras.

A ação sindical brasileira passou por um momento de grande exclusão da política e dos locais de trabalho durante o período do regime militar, tendo pouco espaço para apresentar reivindicações formais. Porém, em finais da década de 1970, surgiu uma nova fase na ação sindical no país, com o denominado "Novo

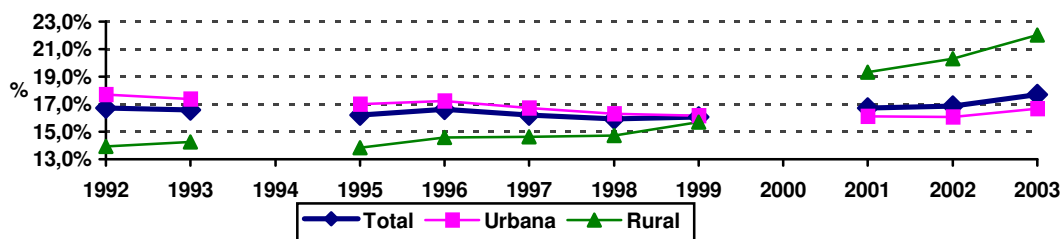
Sindicalismo”, contrariando a tendência internacional. Esse movimento teve início como uma crítica dos sindicatos dos metalúrgicos do ABC paulista sobre a política social e econômica do governo federal. Foi uma ruptura com os sindicatos corporativistas e burocráticos. Desta forma, o “Novo Sindicalismo”, no Brasil, foi uma resposta e uma oposição ao sindicalismo populista e burocrático vigente na época.<sup>ix</sup> Assim, foi a partir do final dos anos de 1970 que grande parte dos sindicatos conseguiu recuperar seus espaços no cenário político nacional, sendo que “(...) verificou-se um crescimento na taxa de sindicalização, no número de greves e na maior presença dos sindicatos na vida nacional”.<sup>x</sup>

Ora, obviamente, vale ressaltar que o "Novo Sindicalismo" não surgiu do nada. "Como diz, a greve de 1978 não é uma 'coisa solta no ar', um 'novo' que irrompe espontaneamente";<sup>xi</sup> mas, sim, dos movimentos de base, que era possível encontrar no interior dos próprios modelos sindicais do pré ("Sindicalismo Populista") e do pós-64. O movimento operário é algo complexo e de difícil caracterização em modelos rígidos. Há vários estudos<sup>xii</sup> que mostram que, apesar das características do "Velho Sindicalismo" (com as lideranças afastadas dos problemas de "chão-de-fábrica"), existia uma importante organização de base dos trabalhadores, apesar de todas as dificuldades e restrições, inclusive, legais. Como exemplos desses movimentos, podem-se citar: as greves que ocorreram entre os anos 1950 e 1970 no setor metalúrgico paulista, com destaque para a organização dos trabalhadores na Ford-Willys em São Bernardo do Campo; as greves do início dos anos de 1950 a 1964 no Rio de Janeiro, convocadas, especialmente, pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT); as greves em Contagem e Osasco em 1968; e a intensificação dos trabalhos de base por parte dissidente da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, que criaram o Conselho de Coordenação do Trabalho de Base no início dos anos de 1970 e realizaram do Iº Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, em 1974. Foram, justamente, tais movimentos que, de maneira complexa e até mesmo contraditória, organizaram as bases do "Novo Sindicalismo" bem antes dos anos de 1970.

Entretanto, apesar do "Novo Sindicalismo", atualmente, como pode ser observado no **Gráfico 1**, um dos problema enfrentados pelo movimento sindical brasileiro diz respeito à sua crise de representatividade. Essa crise se expressa na taxa de sindicalização, que sempre foi baixa e revelou uma tendência de queda ao longo dos anos de 1990. De 1992 a 1998, a porcentagem de pessoas associadas a sindicatos sobre o total do pessoal ocupado baixou de 16,7% para 15,9%, uma queda

de 0,8 pontos percentuais. Após 1998, essa taxa voltou a se recuperar, chegando a 17,7%, em 2003, sendo, inclusive, um ponto percentual acima da taxa apresentada em 1992. Esse crescimento na taxa de sindicalização, porém, não foi uniforme. No ano de 1992, a taxa de sindicalização dos trabalhadores urbanos estava em 17,7%, declinando pra 16% em 2002, ou seja, uma queda de 1,7 pontos percentuais em 10 anos. Essa taxa voltou a se recuperar um pouco em 2003, chegando a 16,7%. Já a taxa de sindicalização dos trabalhadores rurais cresceu significativamente, passando de 13,9%, em 1992, para 22,0%, em 2003 (crescimento de 8,1 pontos percentuais). No entanto esse crescimento da taxa de sindicalização dos trabalhadores rurais não ocorreu somente em decorrência da elevação do número de associados, mas, essencialmente, em função do declínio das pessoas ocupadas.<sup>xiii</sup> Além do mais, em termos de gênero, esse aumento de associados ocorreu, fundamentalmente, entre as mulheres, tradicionalmente mais frágeis nos movimentos reivindicatórios do país. Assim, observa-se que o crescimento da taxa de sindicalização, principalmente a partir de 1999, não pode ser entendido como uma melhora do movimento sindical, mas, sim, em razão do declínio dos trabalhadores ocupados nas atividades rurais e do crescimento significativo das mulheres entre os associados.

**Gráfico 1 - Porcentagem de Pessoas Associadas a Sindicatos sobre o Total de pessoas de 10 anos ou mais, ocupadas na semana de referência - Brasil (1992-2003)**



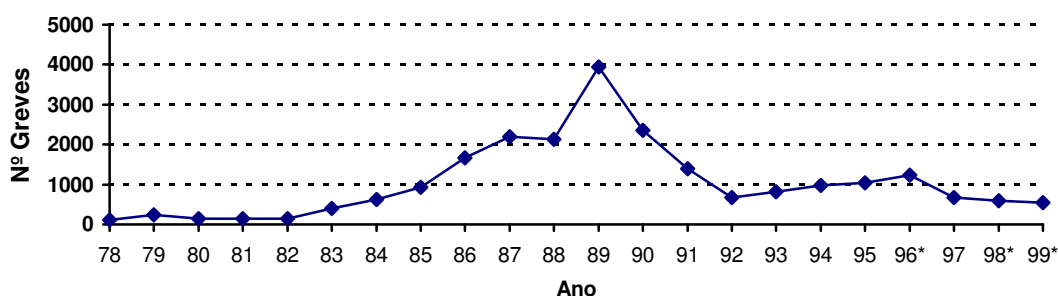
Fonte: IBGE/PNAD

Vale observar também que, além da tendência de queda da taxa de sindicalização, houve um aumento no número de sindicatos. Os últimos dados disponíveis mostram que, desde a década de 1980, tem-se observado um crescimento no número de sindicatos no país, o que levou a uma atomização da representação sindical. Segundo dados do IBGE<sup>xiv</sup>, entre 1988 e 1992, a taxa de crescimento médio anual no número de sindicatos no país foi de 5,3% e, entre 1992 e 2001, essa taxa foi de cerca de 4%, sendo que o número de sindicatos no Brasil passou de 11.193, em 1992, para 15.961, em 2001, com expressiva importância para o crescimento de sindicatos de trabalhadores autônomos. De acordo com Comin &

Castro<sup>xv</sup>: "Informalmente, técnicos do Ministério do Trabalho estimam que o número de sindicatos no Brasil, atualmente, esteja na casa dos 20 mil" (cerca do dobro do início da década). Os dados do Ministério do Trabalho, citados por Almeida,<sup>xvi</sup> também ratificam essa tendência de multiplicação e fragmentação das entidades sindicais. Segundo a autora, entre os anos de 1990 e 1996, foram criadas no Brasil 5.034 novas entidades sindicais de empregados e empregadores nos mais diversos setores da atividade econômica. Isto mostra que, além da queda na taxa de sindicalização, houve ainda uma fragmentação dos sindicatos. Em outras palavras, mais sindicatos com menos associados e, conseqüentemente, menor poder de barganha.

No que diz respeito ao movimento operário brasileiro, o ano de 1978 representa um marco histórico, visto que paralisações grevistas tiveram, a partir daí, um crescimento de proporções inéditas no país (ver **Gráfico 2, 3 e 4**). Ao observar os anos de 1980 em sua totalidade, o que se verificou de imediato foi o aparecimento de um novo ciclo de greves, com uma evolução crescente, ao longo da década, de todos os indicadores de greves. No início da década de 80, as paralisações começaram, basicamente, no setor privado industrial e, ao longo do tempo, passaram a ser mais expressivas nos setores públicos ou de serviços, mudando, assim, as principais categorias grevistas. Outro aspecto importante a ressaltar foi a proporcionalidade da evolução do conflito trabalhista e as etapas da transição trabalhista. As greves foram, também, além de ações apenas de reação, a forma de ação e reconstrução do movimento sindical.

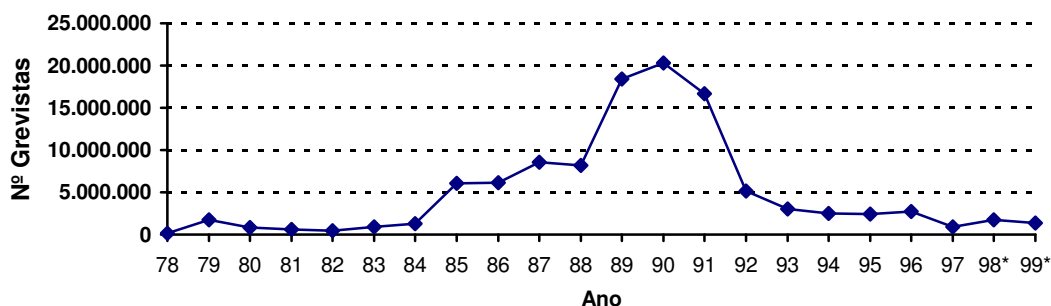
**Gráfico 2 - Evolução do Número de Greves no Brasil (1978-1999)**



Fonte: NEPP/UNICAMP, pesquisa "Acompanhamento de greves no Brasil".

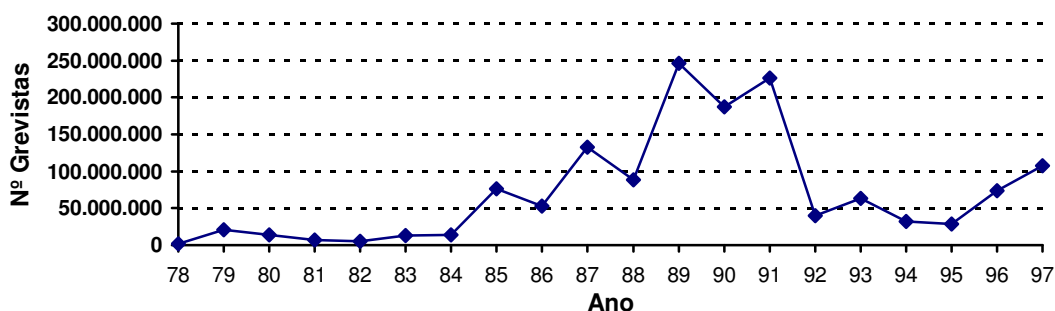
\* Dados Estimados pela variação da média mensal do total do número de greves apresentados pelo Boletim do DIEESE.



**Gráfico 3 - Número de Grevistas no Brasil (1978-99)**

Fonte: NEPP/UNICAMP, pesquisa "Acompanhamento de greves no Brasil".

\* Dados Estimados pela variação da média mensal do total do número de grevistas apresentados pelo Boletim do DIEESE.

**Gráfico 4: Jornada de Trabalho Perdida no Brasil (1978-97)**

Fonte: NEPP/UNICAMP, pesquisa "Acompanhamento de greves no Brasil".

Esse crescimento do sindicalismo brasileiro começou a dar sinais de esgotamento e crise a partir do final dos anos de 1980 e ao longo dos de 1990. Porém, como poderá ser observado na seção seguinte, essa crise do sindicalismo brasileiro está relacionada não somente aos fatores gerais em função da reestruturação produtiva, mas também às questões nacionais e peculiares da economia e do mercado de trabalho brasileiro.

A reversão do movimento grevista no Brasil, nos anos de 1990, pode ser vista pelos **Gráficos 2, 3 e 4**. O número de greves, depois de crescer à um pico de 3.943 paralisações, no ano de 1989, caiu de forma significativa. No decorrer dos anos de 1990, podem-se evidenciar três períodos importantes para o movimento grevista no país. O primeiro foi de 1990-92, caracterizado por declínio de todos os indicadores das greves. O segundo período, de 1993 a 1996, foi caracterizado por um crescimento no número de greves, porém, com uma certa estabilização nos outros indicadores de

greves. O terceiro e último período (de 1997 a 1999) se caracterizou por um declínio no número de greves e de grevistas, entretanto, com um crescimento, até o ano de 1997, na jornada de trabalho perdida. Esse movimento tem atingido as conquistas históricas do movimento sindical, que tem sido incapaz, num primeiro momento, de frear tais transformações.

### **Principais Fatores**

Vários são os fatores internos, externos, conjunturais e estruturais encontrados na literatura especializada, muitas vezes, divergentes, como sendo responsáveis pela queda dos indicadores que evidenciam a crise do movimento sindical tanto internacional quanto brasileiro.

Dentre eles, observam-se os relacionados às mutações sofridas pelo mercado de trabalho. Ora, a estrutura sindical foi, historicamente, sempre vinculada aos trabalhadores “*estáveis*” (principalmente do setor industrial). Com o desenvolvimento das desregulamentações e da informalidade do mercado de trabalho, mediante a “subproletarização”,<sup>xvii</sup> os sindicatos organizados verticalmente, ou seja, vinculados a uma categoria profissional e mais corporativos, vêm perdendo sua capacidade de aglutinação do coletivo. Os sindicatos têm, inclusive, dificuldades de se aproximar daqueles que estão fora do mercado de trabalho (os desempregados).

Além do mais, o mercado de trabalho tem sido, paulatinamente, dinamizado pelo setor de serviços, diminuindo a participação relativa da indústria na oferta de trabalho. Essa dinâmica também contribui para o enfraquecimento da sindicalização, uma vez que são os assalariados da indústria que se associam com mais intensidade aos sindicatos, em relação aos trabalhadores do setor de serviços, por conta própria e aos parciais. Nessa tendência, destaca-se o setor metalúrgico, que apresentou, nas últimas décadas, uma das partes mais avançadas do sindicalismo e foi o setor mais atingido pelo progresso técnico.

No que diz respeito ao mercado de trabalho brasileiro (**Tabela 2**), o que se nota é o fato de o setor industrial do país ter seguido essa tendência de perda de sua força como principal setor que gera postos de trabalho, principalmente a partir dos anos de 1990, com o setor terciário ganhando maior importância como demandador de força de trabalho. A indústria de transformação participava com uma média de 20,4% do total dos trabalhadores ocupados no ano de 1982; este percentual caiu para 14,4% no ano de 2001. Já o setor de serviços passou por um crescimento na média dos trabalhadores ocupados de 47,4%, em 1982, para 54,6%, em 2001. Após 2001, a

Pesquisa Mensal do Emprego, do IBGE, mudou sua metodologia; porém, apesar disto distorcer um pouco os dados, ainda assim, pode-se verificar essa mesma tendência de crescimento do setor de serviços como principal setor de ocupação. Isto tem contribuído para o declínio do movimento sindical brasileiro, uma vez que o "Novo Sindicalismo" tinha por base o setor industrial.

Um outro fator importante, ainda relacionado às transformações do mercado de trabalho, diz respeito ao desemprego e à inflação. Alguns estudiosos apontam uma correlação, por um lado, negativa entre desemprego e sindicalização e, por outro, positiva entre inflação e sindicalização.<sup>xviii</sup> Segundo dados da OCDE, observa-se que, ao longo dos anos de 1990, houve uma pequena queda na taxa de desemprego de seus países membros, com exceção, principalmente, do Japão. Contudo, na maioria desses países, as taxas de desemprego são relativamente altas se comparadas com meados dos anos de 1970, com exceção dos Estados Unidos. Assim, a elevação das taxas de desemprego ao longo dos anos de 1980 e a não reversão deste quadro nos anos de 1990 podem estar contribuindo de forma negativa para o sindicalismo, visto que, conforme observa Rodrigues,<sup>xix</sup> diminuem as mobilizações dos trabalhadores, sobretudo, na deflagração de greves; reduzem as taxas de sindicalização e, por conseqüência, abalam as finanças sindicais e tornam os trabalhadores mais temerosos na participação da vida sindical e na própria filiação aos sindicatos, porquanto aqueles que conseguem manter os seus empregos são menos propensos a aderir aos sindicatos. Além do mais, ainda de acordo com esse autor,

*"(...) a elevação dos níveis de desemprego veio junto com baixas taxas de inflação. A queda da inflação ajudou a tornar mais complexas as funções de representação dos sindicatos e, de certo modo, a favorecer a segmentação das reivindicações e contratos".*

**Tabela 2 - Indicadores do Mercado de Trabalho Brasileiro**

Ano	Tx. Desemp.	Média da participação setorial do pessoal ocupado (%)				Média da participação por posição na ocupação do pessoal ocupado			
		Ind.	Const. Civil	Comércio	Serv.	Empregados		Conta-própria	Empregador
						C/ cart.	S/ cart.		
1990	4,9	19,9	7,8	14,7	48,7	55,1	19,4	20,1	4,3
1995	5,1	16,8	7,4	15,5	51,6	46,8	24,2	23,8	4,1
2000	8,3	14,6	6,9	15,5	54,2	43,4	27,2	24,2	4,3
2001	7,4	14,4	6,7	15,4	54,6	44,8	26,5	24,0	3,9
2002 <sup>a/b</sup>	11,7	17,6	7,6	20,7	53,5	49,3	23,0	21,0	5,4
2003 <sup>a</sup>	12,3	17,6	7,5	20,2	53,9	47,8	23,7	21,6	5,9
2004 <sup>a/c</sup>	12,3	17,6	7,4	20,2	54,1	47,3	24,0	22,0	5,7

Fonte: IBGE/PME

- a - A partir de 2002 foram usados dados referentes à nova metodologia da PME/IBGE;  
b - Média de março a dezembro;

c - Média de janeiro a junho.

No Brasil, verifica-se também (**Tabela 2**) o crescimento, a partir do início dos anos de 1990, das taxas de desemprego aberto, principalmente, após 1998. Observou-se no ano de 2000 uma das maiores médias das taxas de desemprego (8,31%) de todas as regiões metropolitanas, desde o início de sua mensuração; sendo que não houve um significativo declínio no ano de 2001, que ainda indicou uma significativa taxa de desemprego, se comparada com as de todos os anos anteriores. Para os dados após o ano de 2001, já com a nova metodologia da Pesquisa Mensal do Emprego, os indicadores de desemprego não apresentaram uma tendência de reversão.

Paralelo ao desemprego, verifica-se também o avanço das ocupações informais, com o crescimento da população ocupada sem carteira de trabalho e por conta-própria, que aumentou de 7,1 e 3,9 pontos percentuais, respectivamente, entre os anos de 1990 a 2001 (**Tabela 2**). Isto em detrimento, particularmente, dos trabalhadores com carteira de trabalho que acusaram, no mesmo período, um declínio de 10,3 pontos percentuais. Tais fenômenos têm criado, para os trabalhadores brasileiros, maiores entraves para fazer frente ao capital nos processos de negociação, dificultando seu poder de barganha e afastando-os do movimento sindical. Além do mais, pode-se acrescentar a esse fenômeno a queda das taxas de inflação, com o Plano Real. Nos períodos de alta inflação, a ação sindical foi importante para evitar perdas ainda maiores no poder aquisitivo dos trabalhadores, mobilizando-os em torno de grandes reposições salariais. Porém, com a estabilização, tais atitudes em parte estão superadas.

Apesar de, obviamente, relacionados, outros fatores, para além das mudanças ocorridas no mercado de trabalho, são também importantes para a discussão da crise do movimento sindical. Dentre eles, está o constante movimento de individualização das relações de trabalho. Os processos de transformação produtiva têm levado a uma diminuição da relevância dos contratos coletivos de trabalho e, por conseqüência, a um aumento das negociações por locais de trabalho e individuais, principalmente se se levar em conta a maior *"fragmentação dos interesses da classe trabalhadora"*,<sup>xx</sup> percebida pela crescente diferenciação em seu interior. De acordo com Garcia,<sup>xxi</sup> essa fragmentação dificulta a percepção de igualdade de situação de trabalho; a construção de identidades coletivas e a representatividade de interesses homogêneos, o que colocaria os trabalhadores como *"rivals ou concorrentes entre si, deslocando ou distribuindo, assim, o conflito para dentro do recinto assalariado"*. Essa

descentralização é vista, inclusive, nos modelos neocorporativistas de relações de trabalho que, tradicionalmente, mantinham negociações mais centralizadas.<sup>xxii</sup> Tal fragmentação acaba por diminuir a "(...) *vocação homogeneizante das relações de trabalho e do sistema legislativo ('standart employment relationship')*", que perdurou durante os "*anos dourados*" do pós-guerra.<sup>xxiii</sup>

Tal descentralização pode ser observada à medida que os sindicatos vêm se constituindo cada vez mais por empresas ou "*sindicato-casa*" (originário da Toyota), o que fez aprofundar as dificuldades de consolidação e desenvolvimento da "*consciência de classe*". Além do mais, os sindicatos têm-se voltado, em grande medida, para o "*sindicalismo de participação*", com uma tendência à "*burocratização*" e à "*institucionalização*", subordinando os trabalhadores ao universo empresarial e contribuindo para o "*sindicalismo de envolvimento*".<sup>xxiv</sup> Segundo Alves<sup>xxv</sup>, há uma "*captura da subjetividade operária pela lógica do capital*". Assim, a crise do sindicalismo passa, igualmente, por uma dimensão política-ideológica, sendo que os sindicatos integram-se à lógica mercantil, com a incapacidade de preservar o poder de resistência da classe.

Além do mais, o capital tem ampliado sua opção contrária aos movimentos de esquerda, crescendo sua hostilidade ao sindicalismo combativo, o que foi facilitado, primordialmente, pelo declínio das economias socialistas. Os sindicatos, sob o modelo Fordista/Taylorista, estavam mais propensos a manter um certo apoio do capital, já que atuavam "(...) *no sentido de 'disciplinar' os trabalhadores, evitar 'greves selvagens' (...), melhorar a comunicação entre a gerência e os empregados, moderar os aumentos de salários (...). A ação sindical pode ainda servir de estímulo para o progresso tecnológico e de melhoria da qualidade do produto*".<sup>xxvi</sup> Contudo, esta parece não ser a perspectiva do capital no momento atual. As empresas, particularmente as transnacionais, inseridas em um contexto de globalização, incertezas e crescimento da competitividade, agem num sentido de maior flexibilidade produtiva. Desta maneira, tais empresas têm-se mostrado avessas às normas restritivas e aos aumentos de custos impostos pelos sindicatos. Desta forma, o capital dificulta (onde a lei permite) o reconhecimento das organizações sindicais e recusa as reivindicações trabalhistas. Juntamente a essa rejeição aos sindicatos, as grandes corporações ampliaram seus esforços para melhorar as relações individuais com os trabalhadores, por meio de programas de Trabalho Participativo, Círculos de Controle de Qualidade, Participação nos Lucros e Resultados e outros, fazendo com que os sindicatos apareçam como desnecessários.

No que diz respeito às especificidades dos fatores que contribuíram para os problemas enfrentados pelo sindicalismo brasileiro, o que é importante acrescentar é o fato de esse movimento sindical, ao longo de toda a sua história de reivindicações, não ter o costume de discutir o processo de trabalho, ficando sua agenda centrada na questão do emprego e do salário.<sup>xxvii</sup> Até mesmo porque as dificuldades econômicas enfrentadas pelo país, especialmente na década de 1980, fizeram com que estas questões se tornassem fundamentais para a sobrevivência do trabalhador, forçando os sindicatos a ações defensivas e atadas ao imediatismo, regredindo em sua defesa de classe frente ao capital.<sup>xxviii</sup> Assim sendo, a forma como o trabalho é desenvolvido e como o trabalhador insere-se nele são questões que estavam fora das preocupações primordiais dos sindicatos. Com as inovações organizacionais e tecnológicas, torna-se imperativo entrar na discussão do processo de trabalho.

Desta forma, verifica-se que o projeto de modernização da economia brasileira, implementado a partir do início dos anos de 1990, com a abertura comercial; a diminuição da intervenção estatal; a internacionalização do capital; e a implantação das políticas neoliberais orientadas pela economia de mercado fizeram com que houvesse um deslocamento do poder do Estado para as empresas no que diz respeito à reorganização produtiva. Nessas condições, houve uma transformação estrutural no mercado de trabalho brasileiro e nos processos produtivos, com sérias conseqüências para o sindicalismo e o movimento operário, sendo este visto como um entrave ao *“laissez faire”*.

Outros elementos importantes também contribuíram para a crise do movimento operário brasileiro. No que concerne à Constituição de 1988, tem-se que esta consolidou, contraditoriamente, tanto avanços quanto um conservadorismo na estrutura sindical. Houve um aumento da liberdade sindical; foi dado ao funcionalismo público o direito de sindicalização; e, além do mais, foram estendidos ao campo vários direitos sindicais antes restritos somente para os trabalhadores urbanos. Contudo, os sindicatos continuavam a ser organizados por categoria profissional, proibindo-se a criação de mais de um sindicato por categoria sob uma mesma base territorial. Somada a isso, há uma ausência do direito legal de organização nos locais de trabalho.

Assim, nota-se, no perfil sindical brasileiro, que este revela uma representatividade fragmentada. Primeiro, porque a rotatividade e a flexibilidade do trabalho dificultam que o trabalhador se reconheça e/ou se mantenha sindicalizado. Nesse sentido, o sindicato corre o risco de representar os interesses somente dos

trabalhadores menos sujeitos à rotatividade e, conseqüentemente, daqueles trabalhadores que têm melhores condições, melhor escolaridade, melhores salários e menos incertezas com relação ao mercado de trabalho. Enquanto que os trabalhadores mais sujeitos à rotatividade, justamente aqueles mais necessitados de um representante de seus interesses, ficam à margem dos sindicatos. Em segundo lugar, a fragmentação da representação é devida, ainda, ao fato de que, no período recente, houve um aumento do número de sindicatos, juntamente com o crescimento do desemprego e da informalidade, e uma diminuição da taxa de sindicalização, ou seja, aumenta o número de sindicatos com pequeno número de associados, como foi observado acima.

Por último, verifica-se ainda um crescimento do número de trabalhadores em pequenas e médias empresas: um fenômeno impulsionado, basicamente, pelo processo de terceirização, com as grandes empresas repassando tarefas às menores. É justamente nessas pequenas e médias empresas que a taxa de sindicalização tende a ser menor. No Brasil, isto pode ser observado acompanhando os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho, que mostram que, ao longo dos anos de 1990, houve uma inversão no mercado de trabalho formal brasileiro. Se, no ano de 1990, a maior parte dos empregados estava alocada em empresas de mais de 500 trabalhadores (38,8%), no ano 2002, essa maioria estava representada pelas empresas de 0 a 49 trabalhadores (38,2%). Conforme foi observado por Rodrigues,<sup>xxix</sup>

*"(...) quanto menor a parcela dos empregados que trabalham em pequenas firmas (...), maior tende a ser o nível de sindicalização. A expansão de pequenas firmas num setor é geralmente considerada uma ameaça para o sindicato".*

Uma outra característica do perfil sindical no Brasil, atualmente, é a descentralização e pulverização das negociações coletivas de trabalho, pois, de acordo com os últimos dados disponíveis (ano de 2001), a maioria dos sindicatos brasileiros é de base territorial municipal (53%) e intermunicipal (25%)<sup>xxx</sup>, o que mostra uma descentralização das negociações coletivas, as quais ficam restritas aos interesses dos trabalhadores por categorias profissionais e a uma base geográfica mínima. Vale observar que contraditoriamente a essa fragmentação tem ocorrido uma tendência ao crescimento dos sindicatos estaduais, em detrimento dos de base territorial municipal e intermunicipal. Entre 1992 e 2001, os sindicatos de base territoriais estaduais passaram de 15% para 20%, fenômeno que foi muito pouco observado se comparado com o período anterior (1998 a 1992). Contudo, ainda

assim, a base territorial dos sindicatos no país é, em grande parte, municipal e intermunicipal.

Tem-se, ainda, como perfil sindical brasileiro, a sua atuação assistencial e burocratizada. Apesar de o “Novo Sindicalismo” combater as práticas assistencialistas, elas ainda permanecem, principalmente os serviços jurídicos e assistência médica,<sup>xxx</sup> com pouca presença de delegados sindicais e de comissões de fábricas, dificultando e restringindo as ações militantes de “chão-de-fábrica”.

É preciso destacar ainda que os sindicatos estão estruturados de forma verticalizada, permanecendo vinculados a uma categoria assalariada, com uma base territorial (como visto, em sua maioria, municipal), o que dificulta uma perspectiva horizontal mais ampla de organização (e resistência) de classe. Além do mais, a ação sindical sempre privilegiou os interesses de determinada categoria em detrimento do conjunto da sociedade. O sindicato não pode, no momento atual, ter como perspectiva a representação somente de quem conta com um contrato formal de trabalho que o identifique com sua categoria, senão estará representando, progressivamente, um número menor de trabalhadores, diminuindo seu poder de barganha e de reivindicação.

Além do mais, o sindicalismo brasileiro possui um pequeno número de organizações nos locais de trabalho, restritas a apenas um reduzido número de empresas, não sendo difundidas para o conjunto do movimento sindical. Isto é resultado tanto da postura marcadamente contrária à organização, nos locais de trabalho, por parte dos empresários, quanto da inexistência de uma legislação que proteja de fato o direito à organização dos trabalhadores no interior das empresas. Os impactos que isto traz para o sindicalismo podem ser apreendidos no trabalho de Cotas.<sup>xxxii</sup> Segundo o autor, *“os sindicatos de categoria sem organização nos locais de trabalho são politicamente incapazes de perceber, acompanhar e responder às transformações que estão acontecendo no ‘chão-de fábrica’”*.

Verifica-se, dessa forma, que a busca pela competitividade, no Brasil, tem se dado com uma profunda exclusão. Por um lado, pela via do desemprego, com ganho de produtividade pelo setor industrial combinado com uma queda no nível de ocupação, com a terceirização e a intensificação do ritmo de trabalho; por outro, pela exclusão sindical, que tem se caracterizado por um processo de negociação da produtividade entre empregados e empregadores, cujas entidades sindicais não estão sendo reconhecidas pelos setores produtivo e governamental e, muitas vezes, pelos próprios trabalhadores, como interlocutores representativos (DIEESE, 1997: 11).



### **Considerações finais**

Como foi possível observar ao longo do presente texto, o movimento neoliberal e o processo de reestruturação produtiva, acompanhados pela implantação de novas tecnologias; de novos métodos organizacionais e da privatização, contribuíram para a diminuição das taxas de sindicalização; o crescimento das dificuldades de ações coletivas, por parte dos trabalhadores, em detrimento de ações por empresas ou individuais; e o recrudescimento das dificuldades para um fortalecimento das ações sindicais de classe, e, por conseguinte, do poder de barganha dos trabalhadores, frente aos processos de mudança rumo às novas formas de organização do processo de trabalho. Nesse contexto, as corporações transnacionais tornam-se cada vez mais ágeis diante da resistência dos sindicatos organizados, por meio, principalmente, da introdução de inovações organizacionais e tecnológicas. Assim, essas transformações trouxeram consigo mudanças negativas ao “Mundo do Trabalho”, tais como elevadas taxas de desemprego, a informalização das ocupações e maiores incertezas para os trabalhadores, inclusive, para aqueles mais qualificados e com melhores condições para enfrentar os períodos recessivos. Além disso, todas essas implicações são ainda mais recrudescidas pelas políticas de reformas institucionais do Estado, como é o caso dos processos de privatização.

No que diz respeito aos aspectos das mudanças rumo aos novos paradigmas tecnológicos e organizacionais e seus impactos sobre as organizações sindicais observou-se que os sindicatos perderam parte de sua capacidade de ação. As principais dificuldades verificadas foram: a) queda da capacidade dos sindicatos de fazer frente a esse processo de reestruturação produtiva, evidenciada pela diminuição do movimento grevista, ao longo dos anos de 1980, nos principais países capitalistas do mundo, e, no Brasil, a partir dos anos de 1990; b) a diminuição das taxas de sindicalização; c) o aparecimento de uma visão de acordos mais individualizados na relação capital-trabalho, com queda das negociações coletivas; d) a crise da representatividade dos sindicatos, a qual se constitui pela não incorporação, por parte dos sindicatos, dos trabalhadores informais, daqueles que estão saindo do mercado de trabalho pelo desemprego; e e) a dificuldade de uma ação coletiva que atenda aos interesses da sociedade, graças aos novos métodos organizacionais que levam a um individualismo dos trabalhadores.

Observa-se, dessa forma, que as relações de trabalho, conforme as mudanças por que passou a economia brasileira nos anos de 90, apresentaram uma tendência

de queda do assalariamento e conseqüente aumento da precarização do “Mundo do Trabalho”, diminuindo o já escasso poder de barganha dos sindicatos e dos trabalhadores. Essa tendência foi ainda mais agudizada pelas reformas do marco legal e institucional, rumo à maior flexibilização do trabalho, abrindo um espaço ainda maior para que as empresas possam adaptar os contratos de trabalho diante do acirramento da competição em condições desvantajosas, oriundas das novas orientações da política econômica.<sup>xxxiii</sup>

No Brasil, esse processo de reestruturação produtiva ganhou impulso, a partir dos anos de 1990, com as políticas neo-liberais implementadas pelo governo Collor e ratificadas pelos dois mandatos do governo Cardoso, de privatização, de abertura econômica, de flexibilização e de ajuste fiscal. Esse processo transformou o mercado de trabalho e o sindicalismo brasileiro, sendo as raízes do franco processo de crise em que se encontram, que pode ser observado: a) pelo crescimento do desemprego aberto; b) pela queda do emprego formal na economia brasileira, o que, por conseqüência, levou a aumentar a informalização do mercado de trabalho; precarizando-o, com os trabalhadores *part-time*, autônomos, por conta-própria e outros, que não possuem qualquer garantia do cumprimento das leis trabalhistas; c) pela diminuição da participação do setor industrial nas ocupações e pelo aumento do setor terciário, que é uma conseqüência também do processo de terciarização da economia brasileira; d) pela estrutura e um perfil dual do sindicalismo brasileiro, no qual convivem as características corporativistas e assistencialistas do passado autoritário, mescladas com as mudanças ocorridas pelo sindicalismo, a partir do final da década de 1970, com o surgimento de “Novo Sindicalismo”, mais reivindicativo e combativo; e) pela não incorporação das mudanças nos processos produtivos nas reivindicações sindicais, ficando com uma agenda, especialmente na década de 1980, centrada no emprego e no salário; e f) pela incapacidade do movimento sindical de atuar de forma flexível, coordenando diferentes níveis de negociação. De um lado, não tem sido forte no plano político para negociações centralizadas; de outro, não conseguiu inserir-se nas empresas - nos locais de trabalho - para negociar questões específicas de cada situação de trabalho e emprego

---

<sup>i</sup> PRADO, Antônio. Mudanças na negociação sindical no anos recentes. In: *São Paulo em perspectiva*, São Paulo: SEADE, vol. 12, n. 1, p. 30, 1998.

<sup>ii</sup> MATTOSO, Jorge. *A Desordem do Trabalho*, São Paulo: Página aberta, 1995, pp. 47-48.

<sup>iii</sup> LEITE, Marcia Paula. *O Futuro do Trabalho: Novas Tecnologias e Subjetividade Operária*, São Paulo: Scritta, 1994, pp. 59-73.

- 
- <sup>iv</sup> Cf. Almeida (ALMEIDA, Maria H. Tavares, Sindicatos em tempos de reforma. In: *São Paulo em perspectiva*, São Paulo: SEADE, vol. 12, n. 1, p. 3-5, 1998) para uma revisão dos indicadores de análise de poder dos sindicatos.
- <sup>v</sup> RODRIGUES, Iram Jácome. O Emprego como Tema Central na Agenda Sindical. In: *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE/USP, vol. 27 (especial), 1999, p. 120.
- <sup>vi</sup> McILRO, John. O Inverno do Sindicalismo. In: ANTUNES, R. (Org.). *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: Reestruturação Produtiva no Brasil e na Inglaterra*. Coleção Mundo do Trabalho, São Paulo: Boitempo Editorial, 1997, p. 53.
- <sup>vii</sup> ALVES, Giovanni. *Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo no Brasil*, Campinas: UNICAMP/IFCH. Tese de Doutorado (mimeo), 1998, p. 14.
- <sup>viii</sup> RODRIGUES, I. J. Op. cit, p. 131-154.
- <sup>ix</sup> MANGABEIRA, Wilma *Dilemas do novo sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda*; Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ANPOCS, 1993, p. 13-15.
- <sup>x</sup> POCHMANN, Marcio. Mudança e Continuidade na Organização Sindical Brasileira no Período Recente. In: CARLOS, Alonso B. & MATTOSO, Jorge E. L. (Orgs.). *Crise e Trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado*, São Paulo: Scritta, 1996, p. 271.
- <sup>xi</sup> NEGRO Antônio Luigi. "Nas origens do 'Novo Sindicalismo': o maio de 59, 68 e 78 na indústria automobilística". In: RODRIGUES, Iram Jácome (Org.). *O Novo Sindicalismo*. São Paulo: Vozes/EDUC/UniTrabalho, 1999, p. 29.
- <sup>xii</sup> Entre os estudos que mostram que mesmo no interior do "Velho Sindicalismo" havia um importante trabalho de base, por parte dos trabalhadores, pode-se citar: MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*, Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998. NEGRO Antônio Luigi. "Nas origens do 'Novo Sindicalismo': o maio de 59, 68 e 78 na indústria automobilística". In: RODRIGUES, Iram Jácome (Org.). *O Novo Sindicalismo*. São Paulo: Vozes/EDUC/UniTrabalho, 1999, p. 9-31. ABRAMO, Laís Wendel. *O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas: Editora UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 1999. AROUCA, José Carlos. *O sindicato em um mundo globalizado*. São Paulo: LTr, 2003.
- <sup>xiii</sup> Para um estudo sobre outras variáveis relacionadas à taxa de sindicalização Cf. CARDOSO, Adalberto Moreira. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 205-247.
- <sup>xiv</sup> IBGE. *Sindicatos: indicadores sociais 2001*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002 p. 21-27.
- <sup>xv</sup> COMIN, Alvaro A. & CASTRO, Nadya A. "As novas esferas de regulação do trabalho e o dilema sindical". In: SEADE, *São Paulo em perspectiva*, vol. 12, n. 1, jan-mar/1998. São Paulo: SEADE, 1998, p. 51.
- <sup>xvi</sup> ALMEIDA, M. H. T. Op. cit. p. 6-7.
- <sup>xvii</sup> Termo utilizado por Antunes (ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. 4ª ed., São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997, p. 44), para identificar as diferentes formas de trabalho, cada vez mais presentes: "(...) trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, 'terceirizado', vinculadas à 'economia informal' (...)".
- <sup>xviii</sup> RODRIGUES, Leôncio Martins., *Destino do sindicalismo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 1999, p. 190-194.
- <sup>xix</sup> RODRIGUES, L. M. Op. cit. p. 191.
- <sup>xx</sup> Ibidem, p. 177-195.
- <sup>xxi</sup> GARCIA, Jesus C. Delgado, *Negociação coletiva de trabalho: do fordismo ao toyotismo*. In: *São Paulo em perspectiva*, São Paulo: SEADE, vol. 12, n. 1, 1998, p. 90.

- 
- xxii RODRIGUES, L. M. *Op. cit.*, p. 203.
- xxiii MATTOSO. *Op. cit.* p. 100.
- xxiv ANTUNES. R. *Op. cit.*, p. 25.
- xxv ALVES, G. *Op. cit.*, pp. 85-104.
- xxvi RODRIGUES, L. M. *Op. cit.*, p. 219.
- xxvii RODRIGUES, I. J. *Op. cit.* p. 117-136.
- xxviii ANTUNES, Ricardo. *O Novo Sindicalismo no Brasil*. 2ª ed. rev. e ampl.; Campinas, SP: Ed. Pontes, 1995, p. 52.
- xxix RODRIGUES, L. M. *Op. cit.* p. 178.
- xxx IBGE, *Op. cit.* p. 22
- xxxi IBGE, *Op. cit.* p. 66
- xxxii CODAS, Gustavo, "O 'rapto' da vanguarda". In: SEADE, *São Paulo em perspectiva*, vol. 12, n. 1, jan-mar/1998. São Paulo: SEADE, 1998, p. 56.
- xxxiii DEDECCA, S. & BALTAR, Paulo E. A. "Mercado de Trabalho e Informalidade nos Anos 90". In: *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE/USP, vol. 27 (especial), 1997, p. 65-84.